

Autonomia une bancada do DF por eleições em 88

Ângela Tejo

A bancada do Distrito Federal no Congresso já se uniu para fechar questão em torno da defesa da emenda que propõe a realização das eleições diretas para governador em novembro deste ano. Os últimos parlamentares a aderirem à proposta e a evoluírem de sua posição inicial, foram a deputada Márcia Kubitschek e o senador Meira Filho, que antes defendiam eleições coincidentes em data e com o mandato do Presidente da República.

O senador Pompeu de Souza foi um dos defensores ardentes da antecipação do pleito, desde o início da elaboração do texto constitucional. A sua opinião é de que a autonomia política para o Distrito Federal deveria ser implantada desde já, pois entende que esta seria a única forma de acabar com a bioncidade. "Há 28 anos que Brasília não é autônoma. Chegou a hora da população assumir, através da eleição direta, o Governo do DF", salientou. Ele também defende o pleito em dois turnos, e justifica: "Um governador eleito por uma minoria de eleitores, é um mandatário fraco".

O deputado Sigmaringa Seixas, que também defende a convocação das eleições já, resaltou que é um contrasenso dotar o DF de autonomia política, e o povo não poder eleger seu governador após a promulgação da Carta. Ele considerou, ainda, as eleições em dois turnos como sendo um processo democrático e a forma de legitimar mais o poder.

Já o deputado Francisco Carneiro apontou uma série de inconvenientes contra a realização das eleições este ano. O primeiro deles é o mandato-tampão. Na opinião do parlamentar, o governador que for eleito este ano sairá do seu mandato derrotado, pois entende que é impossível executar qualquer projeto e programa de governo em apenas dois anos.

No entanto, o maior entrave apontado por ele é com relação à não autonomia financeira do Distrito Federal. "Não existe autonomia política sem autonomia financeira", frisou o deputado, acrescentando que, uma vez que o

Distrito Federal assumiu sua autonomia política, não se justifica mais que continue dependendo dos cofres da União. Francisco Carneiro explicou, ainda, que a realização das eleições em novembro deste ano, iria criar turbulência, pois muitos parlamentares iriam atropelar os trabalhos da Constituinte para fazer campanha.

Quanto às eleições em dois turnos, Francisco Carneiro foi o único parlamentar da bancada do Distrito Federal a se manifestar contra. Na sua opinião, este processo "gera barganha", pois os dois candidatos mais votados, em troca de votos, vão negociar e se comprometer com os partidos que os apoiarem.

Nova postura

Já no PFL, a única deputada que não está fazendo jogo duplo e que mudou de posição para defender eleições para governador em novembro, é Maria de Lourdes Abadia. No entanto, ela faz algumas ressalvas. Argumenta que, politicamente, eleições este ano serão uma grande conquista para o povo, mas que administrativamente, o futuro governador não terá condições de desenvolver um bom projeto em apenas dois anos, além de salientar que os trabalhos da Constituinte seriam atropelados pelas campanhas.

Maria de Lourdes comentou que foram as constantes pressões que vem recebendo do povo brasileiro, que vai em seu gabinete reclamar de suas insatisfações com o atual Governo do Distrito Federal, que contribuíram para a sua mudança de postura. Disse ainda que reviu sua posição para não perder votos nas futuras eleições.

Já o deputado Augusto de Carvalho (PCB-DF) lembrou que o presidente José Sarney assumiu o compromisso de que o seu mandato se encerraria com quatro anos. "É ilógico que, caso seja aprovado o mandato presidencial de quatro anos, o novo Presidente eleito nomeie um Governador, biónico para o Distrito Federal", criticou o parlamentar acrescentando, ainda, que entre o mandato-tampão legitimado e o imposto, não há dúvidas de que o povo preferirá o candidato que saia das urnas.